

A proposta do Ministério de Minas e Energia (MME) de ampliar subsídios às usinas termelétricas a carvão por meio da criação de uma receita fixa representa um grave equívoco e atraso na política energética brasileira. Na prática, esse mecanismo garante remuneração às usinas termelétricas mais poluentes do país, transferindo para os consumidores os riscos econômicos e para a população os custos e os riscos ambientais e financeiros associados à continuidade de uma fonte energética poluente e cada vez menos competitiva. Ou seja, a sociedade passa a pagar para manter em operação empreendimentos caros, ineficientes e altamente poluentes.

Esse tipo de subsídio perpetua a dependência de uma fonte energética que está em declínio no mundo inteiro. Enquanto diversos países aceleram o abandono do carvão para cumprir metas climáticas e reduzir emissões de gases de efeito estufa, o Brasil caminha na direção oposta ao assegurar volumosos recursos públicos para sustentar uma tecnologia ultrapassada. Isso contraria compromissos climáticos assumidos internacionalmente e enfraquece a credibilidade do país na agenda ambiental.

Além disso, a receita fixa distorce o funcionamento do setor elétrico ao privilegiar artificialmente determinadas usinas, em vez de incentivar fontes mais eficientes. Recursos que poderiam impulsionar a transição energética justa e popular acabam sendo direcionados para prolongar a vida útil de ativos poluentes.

Do ponto de vista social e econômico, a ampliação desse subsídio também é injusta: encarece a conta de luz da população e reduz a capacidade de investimento em políticas alternativas para o desenvolvimento das regiões carboníferas. Em vez de prolongar o ciclo do carvão com dinheiro público, o país deveria priorizar uma transição energética justa e popular, planejada e orientada para o futuro.